



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nº. 26/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,35 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Na sequência do pedido apresentado pelos Srs. Vereadores da CDU, relativo à cedência de instalações para o exercício das suas funções, informou o Sr. Presidente da Câmara que as mesmas estão a ser ultimadas num gabinete no Fórum Municipal.

Interveio a seguir o Sr. Vereador Francisco Duarte alertando para o facto do pedido de fixação da taxa do IRS, enviado à Assembleia Municipal, não se fazer acompanhar da declaração de voto dos eleitos da CDU, relativa à sua posição e daí solicitar que a situação fosse corrigida.

Usou da palavra em seguida o Sr. Vereador António João Colaço, alertando para a dimensão dos plátanos existentes na Rua Fialho de Almeida, que carecem algum corte, assim como de um poste de iluminação, com a porta de acesso aos fusíveis partida, na Av. de Lisboa, também em Castro Verde, cuja porta está deteriorada e com os perigos daí inerentes.

Questionou o Sr. Vereador Francisco Duarte se havia alguma calendarização na apreciação e votação das propostas do próximo Orçamento e Opções do Plano, tendo o Sr. Presidente informado que a sua elaboração está em curso e está previsto o agendamento de uma reunião extraordinária para o efeito, em data a definir.

Perguntou depois o Sr. Vereador Francisco Duarte se a ERSAR já se havia pronunciado sobre os tarifários de consumo de água, tendo o Sr. Presidente respondido que não e lembrou que tal prazo havia sido dilatado mas que neste momento já havia sido ultrapassado.

Informou a seguir o Sr. Presidente da Câmara que as reuniões havidas nas sedes das Juntas de Freguesia, tendo em vista obter contributos para a elaboração do Orçamento e Opções do Plano,

foram muito participativas e positivas sendo que esses mesmos contributos foram mais focados para a resolução de problemas do dia-a-dia.

Informou também que a Câmara Municipal vai disponibilizar, ainda no corrente mês, um serviço de transporte que vai permitir aos estudantes do concelho, que frequentam o Ensino Superior em estabelecimentos de ensino em Lisboa e no Algarve e que são utilizadores de transporte ferroviário, o acesso facilitado e gratuito à Estação da Funcheira. Mais informou que o processo de inscrição já decorreu com o registo de 52 estudantes interessados.

Deu em seguida conhecimento que a Câmara Municipal vai lançar uma campanha de apelo à poupança de água junto da população.

Informou por fim o Sr. Presidente da intenção de solicitar a realização de uma auditoria externa às contas da Câmara Municipal de modo a apurar, de forma mais objetiva e muito concreta, a situação financeira do Município.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- **Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento do “E-mail” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento das suas propostas à proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018- Autarquias Locais/Trabalhadores/Habituação/Proteção Civil/Ambiente.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Calendário de Feiras e Mercados no ano de 2018:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente a seguinte proposta do calendário de Feiras e Mercados a realizar no ano de 2018, apresentada pelo Sr. Vereador David Manuel Merritt Marques:

1. Feiras Anuais:

<i>MÊS</i>	<i>DIAS</i>	<i>DENOMINAÇÃO</i>	<i>LOCAL</i>
Janeiro	20	Feira do Pau Roxo	Rossio do Santo (S. Sebastião)
Maio	5	Feira de Maio	Parque de Feiras e Exposições de Castro Verde
Outubro	19, 20 e 21	Feira de Castro	

2. Mercados Mensais:

MÊS	DIAS	LOCAL
Fevereiro	7	Parque de Feiras e Exposições de Castro Verde
Março	7	
Abril	4	
Junho	6	
Julho	4	
Agosto	1 e 15	
Setembro	5	
Novembro	7	
Dezembro	5 e 19	

- Os dias indicados para a realização de mercados coincidem com a primeira e terceira 4ª. feira de cada mês.

2. - Emissão de parecer prévio para a celebração de contratos de aquisição de serviços para dinamização e ensino do projeto “Cante Alentejano na Escola” – ano letivo 2017/2018:

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 51.º, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2017, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa e avença.

Considerando a obrigação prevista no número anterior, solicitou o Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos a emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, para dinamização e ensino do projeto “Cante Alentejano na Escola” – ano letivo 2017/2018, a celebrar, por ajuste direto (regime geral), com Gabriel Palma Costa, pelo valor mensal de 688,00 €, e com David José Varela Pereira, pelo valor mensal de 765,00 €.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 49º 5º e 12º da Lei nº.42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2017), deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração dos contratos de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

3. - Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público:

Na sequência da deliberação tomada na reunião realizada no dia 9 do corrente mês, sobre o assunto em título, submeteu no Sr. Presidente a ratificação da Câmara o despacho de aprovação que proferiu sobre a minuta do contrato a celebrar com a empresa Petróleos de Portugal - PETROGAL SA, com vista à aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público.

Passada à votação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente ratificar a decisão tomada pelo Sr. Presidente.

4. - Ratificação da 8ª. alteração efetuada ao Orçamento e Opções do Plano – 2017.

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara a 8ª alteração que autorizou e efetuada ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, prestando a respetiva informação complementar.

Passada a votação, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, ratificar a 8ª. alteração efetuada ao Orçamento e Opções do Plano, cujos documentos se anexam à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

5. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato da decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Fernando Martins da Silva, em representação da Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º. de Janeiro, para a realização de música ao vivo, nas suas instalações, sitas na Rua Morais Sarmento nº.69, em Castro Verde, das 22 horas às 3 horas, no período de 11 de Novembro a 9 de Dezembro, em cada dia que pretenda realizar o evento.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, ratificar o ato de decisão em causa relativamente à concessão da referida licença especial de ruído.

6. - Eleição por parte da Assembleia de representantes no Conselho Municipal de Educação, no Conselho Municipal de Defesa da Floresta e no Conselho Cinegético Municipal.

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, a seguinte proposta

“Tendo em atenção a obrigatoriedade prevista na alínea a) do nº.1 do artigo 28 da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, proponho a apreciação e votação que seja solicitado à Assembleia Municipal o seguinte:

- A eleição de um Vogal e Presidente de Junta de Freguesia como seu representante na **Comissão Municipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios**, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº.1 do artigo 5º da Lei nº. 14/2004, de 8 de Maio.
- A eleição de um Vogal e Presidente de Junta de Freguesia como seu representante no **Conselho Municipal de Educação**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 5º da Lei nº. 41/2003, de 21 de Agosto
- A eleição de um Vogal e Presidente de Junta de Freguesia como seu representante no **Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal**, ao abrigo do disposto na alínea e) do nº.2 do artigo 157º do Decreto-Lei nº. 202/2004, de 18 de Agosto, republicado no Decreto-Lei nº. 201/2005, de 24 de Novembro.”

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL:

1. - Comunicação prévia nos termos do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 19/9:

Tomou a Câmara conhecimento da comunicação prévia apresentada, nos termos da legislação acima referida, por João Miguel Benedito Branco, para efeitos de aprovação e decisão final sobre o projeto de remodelação da sua habitação, sita na Rua Luiz Vaz de Camões nº.16, em Castro Verde (Proc.º. nº.32/2017).

2. - Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e, com base nas informações prestadas pelo Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, aprovou por unanimidade e nominalmente os projetos de arquitetura e das especialidades para efeitos de deliberação final sobre os seguintes processos de obras:

- de Moreira & Serrano Ld.^a, para construção de uma habitação na Rua da Constituição de 1976, lote 1, em Castro Verde (Proc.º 8/2017).
- de Maria do Céu Calado de Brito, para remodelação e alteração de edifício destinado a habitação unifamiliar. (Proc.º n.º.34/2017)

3. - Constituição de edifício segundo o regime de propriedade horizontal:

Apreciou a Câmara o aditamento ao projeto de construção de edifício, bifamiliar, constituído por dois fogos de tipologia T2, na Rua Catarina Eufémia n.º. 29 e 29-A, em Castro Verde, requerido por António José Gonçalves Revés, tendo em vista a sua constituição em regime de propriedade horizontal, em duas frações autónomas, organizadas da seguinte forma:

Fração A: 1 apartamento T2, constituído por 2 quartos, sala/cozinha, WC, hall, telheiro, pátio exterior e logradouro. Esta fração tem um área total de 162 m2, sendo área coberta 103,61 m2 e área descoberta 58,39 m2, a que corresponde em permissão 500,00%.

Fração B: 1 apartamento T2, constituído por 2 quartos, sala/cozinha, WC, hall, telheiro, pátio exterior e logradouro. Esta fração tem um área total de 162 m2, sendo área coberta 103,61 m2 e área descoberta 58,39 m2, a que corresponde em permissão 500,00%.

Não existem espaços comuns.

Apreciado o pedido, a Câmara, em face do parecer do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, certificar que o edifício em causa reúne as condições referidas no artigo 1414º e seguintes do Código Civil para que seja constituído segundo o regime de propriedade horizontal.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castro Verde:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

- Considerando que nos termos do n.º.4 do art.º 14º do Decreto-Lei n.º.75/2008, de 22 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pelo Decreto-Lei n.º. 137/2012, de 2 de Julho, os representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castro Verde são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas Juntas de Freguesia;
- Considerando que, segundo informação, da Sr.ª. Presidente do mesmo Conselho Geral, está a decorrer o processo da sua constituição, para o quadriénio 2017/2021, pelo que solicitou através do seu ofício n.º.337, de 29 de Setembro último, que esta Câmara Municipal indique os nomes de três respetivos representantes deste Município.

Face ao exposto, proponho a este Órgão, que ao abrigo do disposto no mencionado nº.4 do art.º 14º do Decreto-Lei nº. 75/2008, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas, sejam representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castro Verde, o Sr. Vereador David Manuel Pego Merritt Marques, e os cidadãos, Sr. Filipe Manuel Patrício Mestre, Professor do Ensino Secundário, e a Srª. Susana Paula Trindade Figueira, Educadora de Infância.”

Passada a votação, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente

2. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Com base na informação nº. 781 e documentação apresentada pelo Gabinete de Educação e Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Graciete Maria Pinto Augusto e Ana Cristina Rosa Valentim, residentes em Castro Verde, ambas no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de: Ana Rosa Revés Colaço, residente no Monte de Almeirim; Leonor Martins Viriato, residente em Castro Verde; Francisca Conceição Contente e Maria Vitória da Piedade Alves, residentes em São Marcos da Ataboeira, todas no escalão A
- Indeferir o pedido de cartão social de Carla Maria Albino Alves, em virtude do seu rendimento per-capita exceder o previsto no respetivo Regulamento Municipal.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,05 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.